

POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMT: ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS E MÃES

GT 15: Relações raciais

Trabalho completo

Josiane Rodrigues dos SANTOS (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail: prof.josiane13@gmail.com

Ana Luisa Alves CORDEIRO (Docente Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail: analuisatri@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os impactos das políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, com foco na garantia de acesso e permanência de mulheres negras e mães. Considerando a Portaria Normativa n. 13/2016 e a Resolução CONSEPE-UFMT n. 197/2021, o estudo baseia-se em referenciais da Educação das Relações Étnico-raciais e dos Feminismos Negros. A abordagem é qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e exploratório. Para a coleta de dados, utiliza-se o levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas semiestruturadas, aplicando a técnica "Bola de Neve" e análise de conteúdo para analisar os efeitos dessas políticas.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Acesso e permanência. Mulher negra.

1 Introdução

Mulheres negras, cotistas e mães enfrentam desafios específicos para permanência na pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esses desafios são agravados por múltiplas opressões e suas interseccionalidades. Diante disso, problematizamos: De que forma as políticas de ação afirmativa facilitam o acesso e a permanência dessas mulheres na UFMT, e quais barreiras ainda persistem em seu percurso acadêmico? O objetivo geral consiste em analisar a contribuição das ações afirmativas para o acesso e permanência de mulheres negras, cotistas e mães na UFMT.

A pesquisa insere-se na linha “Movimentos Sociais, Política e Educação Popular” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e é vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE-UFMT), especificamente no Projeto de Pesquisa sobre Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe na Educação Brasileira, financiado pela Chamada CNPq/MCTI 10/2023 Universal, coordenado pela Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro, orientadora desta pesquisa.

A justificativa para esta pesquisa surge da minha própria experiência como mulher negra, pobre e mãe, além de dados estatísticos que posicionaram as mulheres negras na base da pirâmide social. Essas estatísticas evidenciaram as barreiras estruturais e sociais que limitam o acesso e a permanência dessas mulheres na pós-graduação. A pesquisa busca, portanto,

Realização



compreender como as políticas de ação afirmativa podem mitigar essas desigualdades de raça, gênero e classe.

O aporte teórico-metodológico utiliza-se de referenciais do campo da Educação das Relações Étnico-raciais e dos Feminismos Negros. Utilizamos uma abordagem qualitativa, para a construção de dados recorreremos ao levantamento bibliográfico e documental, bem como à aplicação de entrevistas semiestruturadas, com o uso da técnica de “Bola de Neve” e análise de conteúdo.

O estudo está organizado em cinco tópicos. A Introdução contextualiza a pesquisa, em seguida, a Metodologia descreve os métodos de construção e análise de dados, bem como os critérios de seleção das participantes. No tópico sobre as Ações Afirmativas na UFMT, é apresentado um panorama dessas políticas na UFMT. Os Resultados e Discussão expõem os principais achados da pesquisa. Por fim, as Considerações Finais resumem as conclusões, sugerindo melhorias nas políticas e indicando áreas para futuras investigações.

2 Metodologia da Pesquisa: Abordagem, Coleta e Análise de Dados

Para atingir o objetivo da pesquisa é fundamental demarcarmos como a “raça” e o “racismo” são compreendidos aqui. O conceito de raça aqui é visto na perspectiva de Munanga (2004), o qual afirma a inexistência de raça ou raças do ponto de vista biológico, conforme já comprovado pela Ciência. Já racismo, entendemos a partir de Kilomba (2019) que define o racismo como relações de poder que envolvem três elementos interligados. Primeiro, a construção da diferença, onde grupos são marcados por características distintas, permitindo que um grupo se afirme como norma dominante. Segundo a associação hierárquica de valor tem essas diferenças, gerando preconceito. Terceiro, a ligação entre poder e preconceito, que constitui o cerne do racismo.

Nessa direção, para demarcar o que entendemos por gênero, no presente estudo, fizemos uso do conceito pensado por Scott (2017), o qual sugere que gênero não é simplesmente uma categoria biológica ou natural, mas, sim, uma construção social que molda as relações de poder e as formas de identidade nas sociedades. Quanto a classe, segundo Althusser e Balidar (1965) *apud* González (2020), a “classe” está relacionada a um sistema de exploração em que a ideologia atua como uma representação distorcida da realidade. Essa ideologia não tem como objetivo oferecer um entendimento do objetivo do sistema social, mas sim manter as pessoas em seus “lugares” dentro desse sistema de exploração. Dessa forma, uma classe é marcada por

relações de poder e dominação, em que uma ideologia contribui para perpetuar uma estrutura desigual.

Por outro lado, entendemos a categoria interseccional a partir de Crenshaw (2002) que considera as formas interligadas de opressão de raça, gênero e classe que afetam as mulheres negras. A autora salienta que a interseccionalidade não é uma teoria abstrata desvinculada das preocupações de justiça social, pelo contrário, visa abordar de maneira integrada as desigualdades e injustiças que impactam as mulheres negras, considerando suas particularidades e complexidades.

Neste contexto utilizamos a abordagem qualitativa, no Brasil, o uso dessa metodologia cresceu significativamente a partir da segunda metade do século XX, superando o paradigma tradicional baseado em quantificação e experimentação. Há um consenso entre teóricos/as das Ciências Sociais sobre a adequação da abordagem qualitativa para pesquisas de caráter social, devido à sua relevância para compreender fenômenos complexos e as nuances das interações humanas e dinâmicas sociais (Chizzotti, 2021).

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para identificar lacunas no conhecimento existente, destacando áreas pouco investigadas. Esse tipo de pesquisa envolve o estudo de fontes científicas como livros, artigos e ensaios críticos, essenciais para a construção teórica do trabalho (Oliveira, 2007). Dessa forma, consultamos bases como Google Acadêmico, CAPES Artigos Científicos, IBICT OASIS/Br e CAPES Teses e Dissertações, utilizando descritores como “ações afirmativas”, "acesso e permanência" e "mulher negra".

Após o levantamento bibliográfico, analisamos 57 produções acadêmicas, das quais 07 eram duplicadas e 04 estavam indisponíveis, resultando em uma amostra de 46 trabalhos. Após uma análise, refinamos a seleção para 16 produções relevantes, sendo 10 artigos, 04 dissertações e 02 teses.

Nossa pesquisa envolve cinco mulheres negras e mães, com idades entre 30 e 42 anos, que ingressaram na pós-graduação *stricto sensu* da UFMT por meio de ações afirmativas. Inicialmente, planejamos realizar entrevistas com oito mulheres, cada uma representando uma das áreas de conhecimento estabelecidas pelo CNPq. No entanto, não foi possível encontrar participantes de cada área que se encaixassem no perfil necessário para a pesquisa.

Para chegar até as discentes da pós-graduação *stricto sensu*, utilizamos a técnica de amostragem da “bola de neve”. De acordo com Vinuto (2014), a técnica de amostragem "bola de neve" é uma estratégia utilizada na seleção de participantes para pesquisas. Essa abordagem é particularmente útil quando o grupo de interesse é difícil de ser encontrado, como em casos de minorias, grupos étnicos ou comunidades fechadas.

A amostragem "bola de neve" funciona de maneira progressiva, onde o/a pesquisador/a começa com um pequeno número de participantes que se encaixem no perfil desejado e, em seguida, solicita a essas pessoas que indiquem outros indivíduos que também se enquadrem nos critérios de seleção (Vinuto, 2014).

Fizemos uso da entrevista semiestruturada no formato presencial. Desenvolvemos um roteiro semiestruturado para orientar a conversa. Para contatar as participantes, enviamos convites por um aplicativo de mensagem. Durante as entrevistas, iniciávamos a gravação do áudio no momento de ler o Consentimento Livre e Esclarecido (CLE), identificado como nº 66003722.80000.5690. Cada participante assinou o documento e ficou com uma cópia assinada.

Na análise dos dados construídos, adotamos a análise de conteúdo conforme Gomes (2011), que enfatiza a identificação de convergências, singularidades e diversidade nas opiniões dos/as participantes. A análise de conteúdo qualitativa se baseia em quatro pilares: categorização, inferência, descrição e interpretação. Esse método ajuda a identificar padrões, nuances e aspectos essenciais nas narrativas, proporcionando uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos dados coletados.

Foram adotados nomes fictícios, escolhidos pelas participantes, garantindo o sigilo e a proteção da identidade de todas as envolvidas na pesquisa. Abaixo apresentamos as cinco participantes da pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1: Perfil das estudantes de pós-graduação *stricto sensu* entrevistadas

Nome fictício	Cor ou raça	Idade	Estado Civil	Nível	Curso	Nº de filhas/os	Renda
Ametista	Preta	33	Divorciada	Mestrado	Antropologia	01	2.900 até 7.100
Beatriz	Parda	42	Casada	Mestrado	Formação Professores	02	7.100 a 22.000
Caetano	Preta	30	União estável	Doutorado	Educação	01	2.900 até 7.100
Rosa Caveira	Preta	35	Divorciada	Mestrado	Antropologia	03	Até 2.900
Sara	Parda	35	Casada	Mestrado	Ciências Sociais	01	7.100 a 22.000

Fonte: Autoria própria.

Acima podemos conhecer o perfil das cinco participantes de nossa pesquisa, todas mulheres negras e mães, que ingressaram na pós-graduação da UFMT por meio de ações afirmativas. Rosa Caveira, de 35 anos, é uma mulher preta e professora, cuja pesquisa aborda

identidade e territorialidade. Sara, 35 anos, se autodeclara parda, pesquisa os desafios das mulheres negras rumo à diplomação. Beatriz, 42 anos, professora, investiga a formação de docentes. Ametista, 30 anos, pesquisa violência doméstica. Por fim, Caetano, 30 anos, é professora, investigando questões educacionais.

3 Implementação das políticas de ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* na UFMT

Abordar a questão do acesso e da permanência na educação superior requer uma compreensão abrangente do conceito de "acesso". Segundo Silva e Veloso (2013), a democratização implica uma ruptura com o sistema estabelecido, criando condições para a construção da democracia. No que diz respeito à "permanência", conforme ressaltado por Cordeiro, Cordeiro e Muller (2016), refere-se às medidas que as instituições devem adotar, incluindo políticas e programas, para garantir aspectos não apenas pedagógicos, mas também culturais e socioeconômicos.

As ações afirmativas são entendidas aqui a partir de Gomes (2001), enquanto um conjunto de políticas públicas e privadas que podem ser compulsórias, facultativas ou voluntárias, criadas para combater a discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional. Além disso, ações que buscam minimizar os efeitos das desigualdades étnico-raciais, que as estatísticas trazem sobre o povo negro.

Em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira atingiu 212,7 milhões de pessoas. A proporção de pessoas autodeclaradas pretas cresceu de 7,4% para 9,1%, e as pardas, de 45,6% para 47,0%, indicando um aumento na porcentagem da população negra. As mulheres representam 51,1% da população total, cerca de 108,7 milhões, enquanto os homens somam 48,9%, ou 103,9 milhões. Dentro do grupo feminino, aproximadamente 28% são mulheres negras.

A insegurança alimentar é mais prevalente em lares com líderes autodeclarados pretos ou pardos, com apenas 35% desses lares tendo segurança alimentar, comparado a 53,2% em lares com líderes brancos. Aproximadamente 65% dos lares liderados por pessoas pretas ou pardas enfrentam restrições alimentares. As mulheres são as mais afetadas, com seis de cada dez lares liderados por mulheres enfrentando insegurança alimentar. A taxa de fome em residências lideradas por mulheres aumenta de 11,2% para 19,3%, enquanto em lares chefiados por homens sobe de 7,0% para 11,9%, refletindo desigualdades salariais entre os gêneros¹.

¹ Insegurança alimentar se agrava no Brasil e a fome segue crescendo. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 20 out. 2023.

Entre os jovens fora da escola, 71,7% são negros e 27,3% são brancos. Em 2020, as estudantes representavam 16,6% dos casos de defasagem entre idade e série. No entanto, a defasagem é significativamente maior entre estudantes negras, com 29,5% enfrentando atraso escolar, comparado a 14,1% entre estudantes brancas, evidenciando uma discrepância alarmante no atraso educacional². E dentro desse universo desigual, onde as opressões de raça, gênero e classe de forma interseccional pesam sobre a mulher negra, as ações afirmativas se apresentam como um suspiro em seu percurso rumo a intelectualidade.

Nesse contexto, A UFMT pode e deve contribuir para que os seus espaços sejam mais democráticos. Uma instituição com meio século de existência incluiu, tardiamente, políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*, por resolução, cinco décadas depois de fundada. Essa hesitação em adotar medidas que promovam a democratização do acesso e permanência de grupos historicamente marginalizados na educação superior levanta várias questões. Primeiramente, reflete a resistência institucional a mudanças significativas em sistemas de ensino que, historicamente, privilegiaram determinados grupos étnico-raciais, sociais e culturais. A demora pode indicar uma falta de consciência e sensibilidade em relação às desigualdades persistentes no acesso à educação, prejudicando, assim, o princípio de igualdade de oportunidades que as instituições de ensino deveriam promover.

Apenas a partir de 03 de janeiro de 2022, a política de ações afirmativas para a pós-graduação *stricto sensu* entrou em vigor na UFMT. Essa iniciativa foi aprovada por meio da Resolução CONSEPE nº 197, de 13 de dezembro de 2021. Essa resolução induz diretrizes que todos os Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFMT devem seguir, determinando a reserva de, no mínimo, 20% das vagas para estudantes regulares em seus processos de seleção para ações afirmativas. Essas ações afirmativas são direcionadas, obrigatoriamente, para pessoas negras (pretas/os e pardas/os), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis).

Para garantir que o processo de implementação dessas políticas seja conduzido com transparência, a Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da UFMT emite, anualmente, uma instrução normativa. Essa instrução estabelece os procedimentos de heteroidentificação, documentação e verificação dos/as candidatos/as que concorrem às vagas das ações afirmativas nos PPGs.

² Painel de desigualdades educacionais no Brasil: conheça os novos dados. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/painel-desigualdades-educacionais%202023#:~:text=O%20Painel%20compila%20dados%20de%20fontes%20oficiais%20como,dados%20para%20pensar%20como%20enfren%20tar%20as%20desigualdades%20educacionais> Acesso em: 28 ago. 2023.

A Comissão de Heteroidentificação da UFMT desempenha um papel crucial nesse processo e atua alinhada às diretrizes da Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que regulamenta o procedimento de heteroidentificação. Seu foco está no controle social e na efetiva implementação das políticas de cotas étnico-raciais. Composta por servidoras/es efetivas/os e estudantes de graduação e pós-graduação da UFMT, bem como militantes do movimento negro e de mulheres negras, a Comissão busca promover a diversidade e a experiência nas questões étnico-raciais e ações afirmativas.

Antes da implementação da Lei nº 12.711/2012 que completou uma década de existência em 2022, no processo de heteroidentificação na UFMT era apenas solicitado o preenchimento de uma declaração, o que se mostrou problemático fazendo com que a sociedade civil organizada denunciasse inúmeras fraudes, em 2019, pressionando, assim, a instituição de uma comissão de heteroidentificação, a qual passa, anualmente, por processos de formação e avaliação.

Com o decorrer do tempo, as universidades adotaram abordagens diversas para verificar a autodeclaração. A UFMT, por exemplo, estabeleceu as comissões de heteroidentificação, em 2019. Essas comissões têm o propósito de garantir a aplicação correta das cotas étnico-raciais e prevenir possíveis fraudes, certificando que as vagas destinadas à população negra sejam ocupadas por candidatas e candidatos que verdadeiramente atendam aos critérios estabelecidos e tenham direito a ação afirmativa.

O procedimento de heteroidentificação inclui: 1) Envio de vídeo e foto conforme edital, com identificação, autodeclaração racial, nome e CPF; 2) Avaliação de aspectos fenotípicos; 3) Verificação da identidade com documentos; 4) Possível convocação presencial pela UFMT, garantindo ampla defesa; 5) Eliminação por não conformidade com padrões; 6) Direito a recurso após resultados indeferidos, conforme prazos.

Concluído o entendimento sobre o procedimento de heteroidentificação, é importante direcionar a discussão para o impacto das políticas de ações afirmativas na trajetória acadêmica de mulheres negras, cotistas e mães. No próximo tópico, analisaremos como essas políticas influenciam a experiência acadêmica dessas mulheres, abordando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados ao longo de sua jornada acadêmica.

4. As políticas de ações afirmativas no percurso acadêmico de mulheres negras e mães

As políticas de ações afirmativas representam um marco na promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro. As participantes da pesquisa destacam a importância dessas ações afirmativas em suas vidas, marcadas pela intersecção de múltiplas opressões, especialmente de raça, gênero e classe. Ametista (2023) ressalta que, até os dias atuais, a sociedade ainda enfrenta os impactos sociais deixados por esse período da história brasileira.

[...] é uma política pública que ameniza um pouco os efeitos das desigualdades que foram trazidas pela escravidão. Então até nos dias de hoje a gente tem os impactos sociais do que foi esse período escravocrata, né? Do que nossos ancestrais passaram aqui no país Brasil (Ametista, 2023).

Sara (2023) reitera esse ponto ao afirmar: "[...] entrei por ações afirmativas, devido à minha identidade racial como negra. É uma honra ocupar este espaço de representação, mas também vem com desafios adicionais". As trajetórias acadêmicas das mulheres negras estão muito distantes do padrão considerado como o ideal, de excelência, desde a colonização do Brasil (Aquad; Cordeiro, 2018). Mesmo que tenhamos avançado anos além da abolição formal da escravidão, as consequências desse sistema ainda ressoam em nossa sociedade e no espaço acadêmico. Tudo isso, torna ainda mais importante as políticas de ação afirmativas.

Na opinião de Sara (2023), as ações afirmativas “devem continuar porque é uma possibilidade de as pessoas terem acesso, né? De pessoas que tiveram historicamente o seu acesso negado”. Ela destaca a importância de manter as políticas de ações afirmativas como uma forma de conceder acesso a grupos historicamente marginalizados e excluídos de oportunidades educacionais.

Conforme argumenta Rosa Caveira (2023), a continuidade dos sistemas de cotas para pessoas negras é fundamental. No entanto, destaca a importância de ampliar a sua abrangência para garantir um alcance mais amplo e efetivo. Ela relata alguns tipos de racismo que ocorrem na pós-graduação por ter acessado através de ações afirmativas esse espaço.

Eu tive inúmeras situações quando a gente começou a falar de racismo. Muitos alunos se referiam a mim como chega de mimimi, né? Você tinha professores que falavam exatamente isso, né? Que a vaga já estava lá, que você que tinha que correr atrás de tudo mais [...] (Rosa Caveira, 2023).

Isso evidencia como o ambiente acadêmico, ao invés de acolher a diversidade, perpetua estereótipos e dificulta o acesso de estudantes cotistas, criando barreiras adicionais baseadas na cor da pele. Essas situações demonstram a presença sistemática do racismo, não apenas como uma questão individual, mas também como um fenômeno estrutural arraigado nas dinâmicas educacionais. Esse cenário impacta, especialmente, as mulheres negras, expondo-as a uma

intersecção entre raça, gênero e classe, ao mesmo tempo, reforçando a sua invisibilidade e subestimação no ambiente acadêmico.

Beatriz (2023), ao avaliar as ações afirmativas para pessoas negras, “Eu acredito que o melhor é continuar, sim. É uma maneira de garantir que as pessoas pretas estejam ali no meio acadêmico”. Ela nega ter sofrido racismo ou discriminação étnico-racial durante a pós-graduação até o momento da entrevista, por ser negra ou cotista.

A busca pela pós-graduação *stricto sensu* tem levado muitos estudantes a reivindicarem seu direito à educação por meio de ações afirmativas. Em um país que foi um dos últimos a abolir oficialmente a escravidão, a branquitude carrega uma dívida histórica significativa com o povo negro. A educação tem o potencial de reduzir esse atraso, motivo pelo qual "a educação continua sendo um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil" (Gomes, 2011, p. 134). Isso porque os movimentos negros reconhecem a diferença que a educação faz na vida da população negra, pobre e marginalizada, pois compreendem que o acesso a uma educação de qualidade não apenas promove o desenvolvimento intelectual, mas também capacita os indivíduos a romperem ciclos de pobreza e desigualdade raciais.

Embora avanços tenham sido alcançados, ainda há um longo caminho a percorrer para superar as desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. O compromisso com uma educação inclusiva, diversa e transformadora é fundamental para reparar as disparidades provocadas pelo racismo, sexismo e pobreza. Portanto, é imperativo que a universidade continue sendo um espaço de resistência e transformação, onde mulheres negras, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, encontrem oportunidades reais de acesso, permanência e sucesso acadêmico.

5. Considerações finais

Este estudo ressalta a grande importância das ações afirmativas na promoção do acesso e da permanência de mulheres negras mães na pós-graduação. Apesar do progresso proporcionado por essas políticas, persistem desafios significativos para assegurar um bom percurso acadêmico, sobretudo para aquelas que enfrentam a intersecção de múltiplas opressões. Torna-se, portanto, essencial que as universidades se empenhem em aprimorar tais políticas. Além disso, é necessário intensificar ações que combatam o racismo, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas, para que a educação cumpra seu papel como instrumento de justiça social. Os resultados desta pesquisa buscam contribuir para esse debate e estimular o desenvolvimento de estratégias eficazes que garantam o direito à educação e a emancipação dessas mulheres.



Referências

- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1. Lei nº 12.711/2012.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2021.
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves; MULLER, Maria Lucia Rodrigues. A permanência de Estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 131–153, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina, Volume 10 – Nº 18, abril. p. 133 – 154. 2011.
- GOMES, Nilma Lino. Programa Ações Afirmativas na UFMG – Brasil: uma Estratégia de Resistência Negra na Diáspora Africana. In: **Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais**, p. 1-19, 2004.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/organização** Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. Agência de Notícias do IBGE, 2022.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisas qualitativas**. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Amp; Realidade**, Porto Alegre. v. 20, n. 2. p. 71-99, jul./dez. 1995.
- UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. **Resolução CONSEPE/UFMT nº 197**, Cuiabá: UFMT, 2021.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.